

# JOVENS CONSTRUTORES DA CIDADE – OLHARES DAS ASSOCIAÇÕES NO TERRITÓRIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO JOVEM

João Francisco Dionísio<sup>1</sup>

Joana Campos<sup>2</sup>

Maria João Hortas<sup>3</sup>

## Resumo

A representação generalizada que os jovens são pouco participativos e não se identificam como sendo parte determinante das políticas que lhes dizem diretamente respeito (Crowley & Moxon, 2017) suscita o objetivo central deste trabalho: analisar e compreender os processos através dos quais os jovens participam e influenciam os processos de decisão e desenvolvimento das suas comunidades.

Apresentamos uma investigação de natureza mista enquadrada num estudo mais alargado que teve como objetivo construir um diagnóstico participativo da juventude do município do Funchal. A informação recolhida privilegiou o conhecimento das representações dos jovens, das associações, agentes de juventude e dos decisores políticos, sobre a forma como os jovens participam, se envolvem e são envolvidos na conceção de políticas de juventude. Para o efeito foram aplicados inquéritos por questionário aos jovens do Funchal, às Juntas de Freguesia, às instituições de Ensino Superior, Escolas Secundárias e Profissionais e realizadas entrevistas às associações juvenis e agentes de juventude do município do Funchal. A construção da resposta ao objetivo do presente trabalho decorre da análise dos resultados das 51 entrevistas realizadas ao movimento associativo municipal – as associações juvenis, estudantis e partidárias com ação no território - e à sociedade civil – as entidades municipais e regionais que desenvolvem trabalho de intervenção que influencia a vida dos jovens.

Os resultados permitem destacar: (i) o reconhecimento, valorização e capacitação dos jovens enquanto agentes ativos no desenvolvimento das suas comunidades; e, (ii) as associações juvenis e entidades municipais enquanto agentes mobilizadores e de suporte às políticas locais de juventude.

**Palavras-chave:** Juventude(s); Participação; Cidadania; Associativismo juvenil

## Abstract

The widespread representation that young people are not very participatory and do not identify themselves as being a determining part of the policies that directly concern them (Crowley & Moxon, 2017) raises the central objective of this communication: to analyze and understand the processes through which young people participate and influence the decision-making and development processes of their communities.

---

<sup>1</sup> Escola Superior de Educação de Lisboa - Instituto Politécnico de Lisboa (PORTUGAL), kikoff238@gmail

<sup>2</sup> Escola Superior de Educação de Lisboa - Instituto Politécnico de Lisboa (PORTUGAL), jcampos@eselx.ipl.pt

<sup>3</sup> Escola Superior de Educação de Lisboa - Instituto Politécnico de Lisboa (PORTUGAL), mjhortas@eselx.ipl.pt

We present here an investigation of a mixed nature framed in a broader study that aimed to build a participatory diagnosis of youth in the municipality of Funchal. The collected information favored the knowledge of representations of young people, associations, youth agents and policy makers, on the way in which young people participate, get involved and are involved in the design of youth policies. For this purpose, questionnaire surveys were applied to young people in Funchal, Parish Councils, Higher Education institutions, Secondary and Professional Schools and interviews were conducted with youth associations and youth agents in the municipality of Funchal. The construction of the answer to the objective of this communication stems from the analysis of the results of the 51 interviews carried out to the municipal associative movement - the youth, student and party associations with action in the territory - and to civil society - the municipal and regional entities that develop intervention work that influences the lives of young people.

The results highlight: (i) the recognition, appreciation and training of young people as active agents in the development of their communities; and, (ii) youth associations and municipal entities as mobilizing agents and supporters of local youth policies.

**Keywords:** Youth(s); Participation; Citizenship; Youth associations

## 1. Introdução

Há atualmente uma crescente preocupação política e social com o afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais e das estruturas tradicionais de ação política (Ferreira, Lobo, Rowland & Sanches, 2017), apoiada por uma representação generalizada que os jovens são pouco participativos, não exercem uma cidadania ativa e não se identificam como sendo parte determinante das políticas que lhes dizem diretamente respeito (Crowley & Moxon, 2017).

Paralelamente a estas representações, constata-se o aparecimento de uma diversidade de formas de participação baseadas nas novas necessidades, competências e motivações dos jovens (Siurala, 2006), contribuindo para um maior reconhecimento do papel dos jovens a nível nacional e global.

Este artigo é parte de um estudo mais alargado que, privilegiando também a análise das representações dos jovens, das instituições de Ensino Superior, Escolas Secundárias e Profissionais e os decisores políticos do município acerca da forma como os jovens participam, se envolvem e são envolvidos na conceção de políticas de juventude, teve como objetivo construir um diagnóstico participativo acerca da juventude do município do Funchal e definir linhas estratégicas para este mesmo setor municipal.

Neste artigo apresenta-se um aprofundamento da análise dos resultados das 51 entrevistas realizadas aos representantes do movimento associativo municipal e à sociedade civil – com que se pretendeu realizar a auscultação destes agentes com o objetivo de, através da análise das suas conceções, compreender e analisar a forma como os jovens são envolvidos em processos de participação e decisão, em matéria de políticas de juventude.

A complexidade e o dinamismo que caracterizam a juventude, enquanto categoria social, tornam fundamental a compreensão da forma como os jovens participam e se envolvem no exercício da cidadania, e a forma como essa

mesma participação influencia o desenvolvimento das suas comunidades e a definição de políticas públicas desenhadas para a juventude. Assim, torna-se importante a análise dos meios, os espaços, os direitos, os apoios e as oportunidades disponibilizados aos jovens para se fazerem ouvir (Conselho da Europa, 2003) e poderem contribuir para uma mudança positiva do seu município.

### **1.1. Juventude(s), participação e cidadania**

A juventude constitui um grupo diverso e heterogéneo de indivíduos – os jovens - com necessidades e vivências distintas (Vieira & Ferreira, 2018), de acordo com os seus perfis e condições sociais - sexo, classe social, níveis de escolaridade e outras condições objetivas e subjetivas de existência – e ainda os contextos sociais, económicos e territoriais em que vivem o seu quotidiano. Verifica-se, pois, que não temos uma, mas muitas juventudes, que se dispersam pelo espaço geográfico e social, confrontam-se com problemas, condições e expectativas distintas e assumem configurações particulares (Campos, 2010), existindo desta forma uma diversidade de representações.

Em termos sociológicos, ao longo das últimas décadas verificou-se uma mudança do paradigma que considerava a juventude como uma fase da vida transitória e preparatória que precede a emancipação social e económica da idade adulta para um olhar sobre a juventude como uma categoria social (Pais, 1990), colocando à sociologia um desafio - a desconstrução sociológica da construção social da juventude como uma entidade homogénea. Há assim, um consenso atual que considera a juventude como uma categoria social de definição complexa, emergente e abrangente, à qual se associam, segundo Pappámikail (2010), diversas representações normativas e ideológicas.

No quadro político e institucional internacional, a ONU (1998) assume a juventude como sendo o grupo etário das pessoas com idades entre os 15-24 anos, reforçando a inexistência de uma única definição para juventude, pois diferentes desafios, necessidades e problemas afetam diferentes grupos de jovens de diferentes maneiras, não sendo possível categorizar a juventude como um todo monolítico.

Assim, por definição, a juventude assume um carácter variável e mutável em todo mundo como resposta às diferentes circunstâncias políticas, económicas e socioculturais (Conselho da Europa, 2003), carácter este reforçado pela pluralidade de tetos de idade que são utilizados quando nos referimos aos jovens, por exemplo: dos 13 e 14 anos aos 30 anos para efeitos do Cartão Jovem e do programa europeu Erasmus+; 15 aos 24 anos para as estatísticas oficiais de (des)emprego de jovens; limite até aos 35 anos no âmbito do programa de arrendamento Porta 65 Jovem; e o limite máximo de 40 anos na definição de jovem agricultor (PNJ, 2018).

Enquanto categoria social, a juventude tem assumido uma visibilidade social crescente nas últimas décadas (Pais, 1996), visibilidade esta resultante das mudanças económicas e sociais ocorridas na última metade do século XX, como o aumento dos níveis de escolarização, o prolongamento da esperança

média de vida, o ingresso cada vez mais tardio no mercado de trabalho e as alterações ao nível da estrutura familiar (Campos, 2010).

Neste contexto de maior visibilidade social, torna-se relevante compreender o papel dos jovens e das suas posições nas sociedades, tendo em conta os seus direitos e deveres, mas também a sua participação ativa. Neste artigo pretende-se compreender os processos de participação jovem nas políticas públicas, nomeadamente nas políticas municipais de juventude, num território específico – o município do Funchal.

Assim, considerando que, segundo Biesta (2016), quando nos referimos às relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e a tomada de decisão no espaço público referimo-nos ao conceito de cidadania, compreendemos como este conceito ganha especial relevância no contexto desta análise/pesquisa, sendo que é esta mesma cidadania que permite situar os indivíduos na sociedade, ajudando a descrever e entender estas relações (Benedicto, 2011).

A cidadania pressupõe a efetiva participação e filiação do indivíduo numa dada comunidade, mas ao mesmo tempo, segundo Pais (2005), um reconhecimento comunitário dessa mesma pertença. E é a este nível comunitário – nível local – que a cidadania, ao ser exercida, se cumpre globalmente, tornando-a um movimento que, em deterioramento da cidade planificada, privilegia a cidade praticada (Pais, 2005), a cidade participada, assumindo os processos de cidadania influência no que às políticas públicas locais diz respeito, tal como as políticas locais/ municipais de juventude.

A participação, sendo uma dimensão do desenvolvimento humano (ONU, 2018), tem um papel fundamental nos processos de cidadania, assumindo-se como um direito fundamental da cidadania (Hart, 1992), direito este que assiste a todas as pessoas jovens (ONU, 2019).

A participação está assim relacionada com o ter a influência e responsabilidade em decisões e ações que afetam as próprias vidas ou que simplesmente sejam importantes para os indivíduos (Dínamo, 2015), através da disponibilização de oportunidades, de meios, de espaços, do direito e do apoio para os indivíduos poderem participar, influenciar decisões e envolver-se em ações e atividades de forma a contribuir para a construção de uma sociedade melhor (Conselho da Europa, 2003).

Assim, para participarem ativamente e poderem ter acesso a todo e qualquer tipo de participação, é necessário considerar-se as múltiplas formas de participação e os recursos necessários para as ativar, nomeadamente espaços físicos e/ou digitais, materiais, tempo, recursos financeiros, recursos humanos, vontade e apoio político por parte dos decisores políticos e competências e motivação por parte dos jovens (Dupouey, 2018).

Contudo, não sendo participação juvenil um fim em si mesma (Dínamo, 2015), mas sim um meio para alcançar mudanças positivas nas vidas dos jovens e para construir uma sociedade melhor, torna-se fundamental motivar e apoiar os jovens para participarem na vida das suas comunidades, concretamente a fazerem parte da construção das respostas dos governos aos problemas sociais e desafios que enfrentam – através das Políticas Públicas (Vieira & Ferreira,

2018) e das decisões políticas de um país ou de uma região, promovendo desta forma uma verdadeira parceria entre os jovens e os adultos, assente em processos de participação transparentes e dinâmicos (Gozdik-Orwell, 2008).

No que toca às Políticas de Juventude, o seu grande objetivo é criar condições de aprendizagem, oportunidades e experiências, que permitam aos jovens desenvolverem conhecimentos, aptidões e competências (Serban & Barber, 2018), de forma que possam desempenhar um papel ativo na sociedade, sendo definidas como medidas que respondem às necessidades, objetivos e interesses dos jovens de uma comunidade (FNAJ, 2017). De forma que estas políticas não tenham um foco adultocêntrico, generalista, estereotipado e desenraizado das realidades sobre as quais procuram agir e apresentem pouca adesão às realidades vividas e experienciadas pelos jovens que a elas se sujeitam, é fundamental contar com a participação dos jovens nas fases de formulação, implementação e avaliação destas políticas, promovendo a respetiva articulação com as realidades concretas e diversas em que vivem os jovens (Ferreira, 2002).

Neste sentido, tem se assistido nas últimas décadas um maior reconhecimento do papel dos jovens a nível nacional e global, sendo estes considerados como um pilar do desenvolvimento a nível internacional, devido à sua capacidade de sonhar, criar e inovar (IPDJ, 2020), ocorrendo em termos de formulação de políticas para a juventude uma viragem participativa, com o reconhecimento cada vez maior dos jovens, não apenas como destinatários ou beneficiários de políticas públicas, mas sim como parceiros e como coletivo diversificado e ativo de sujeitos políticos e sujeitos de intervenção pública (Ferreira, 2017).

Apesar de se verificar em termos de participação jovem uma tendência de decréscimo da participação em eleições e a rejeição das instituições formais (Siurala, 2006) nas últimas décadas, tem se assistido paralelamente ao aumento de novas formas e espaços de participação política e social, baseadas nas novas necessidades, competências e motivações dos jovens, partindo da consciência de que, muitos dos jovens não estão “desligados”, mas acabam sim por encontrar diferentes e inovadoras formas de se fazerem ouvir, embora por vezes não sejam (tão) visíveis para os decisores políticos (Crowley & Moxon, 2017).

Os municípios, pela sua proximidade junto dos jovens e das populações, como órgãos de governação local, assumem especial importância na criação dos instrumentos de política pública de juventude (IPDJ, 2020), facilitando a criação de diálogo e de parceria com os jovens que vivem nos seus territórios, promovendo políticas mais credíveis e democráticas, relevantes e eficazes, porque são construídas a partir das necessidades dos jovens (Conselho da Europa, 2003). Assim, no contexto desta pesquisa, torna-se fundamental estudar a participação dos jovens do município do Funchal, tendo por referência aquela que é a sua participação em termos da formulação e implementação das políticas municipais de juventude, pois os municípios, considerando as políticas públicas de juventude como um eixo central e transversal da governação local, são os principais responsáveis, segundo a FNAJ (2012), pela implementação de

efetivas políticas de juventude articuladoras de estratégias de emancipação e de luta contra as desigualdades, discriminação e outras formas de exclusão social.

Como interlocutor privilegiado entre os jovens e as instituições cívicas e políticas, o associativismo juvenil assume um papel importante na representação dos interesses e necessidades dos jovens e na estimulação da cultura participativa destes, dando-lhes protagonismo, fazendo ouvir a sua voz (Vieira & Ferreira, 2018), e efetivando o direito dos jovens à participação através do garante de um contexto adequado para os jovens, que respeite as liberdades democráticas, onde as pessoas jovens possam expressar-se livremente, enquanto cidadãos de pleno direito (ONU, 2019). Estas associações lideradas por jovens e as entidades que trabalham com jovens, pela proximidade e ação que desenvolvem junto dos mesmos, são assim fundamentais na efetivação das políticas locais para a juventude, sendo por isso importante incluí-las em todas as fases da tomada de decisão e implementação das políticas públicas que direta ou indiretamente afetam a vida dos jovens (ONU, 2019).

Este artigo pretende apresentar uma análise dos processos através dos quais os jovens do Funchal participam e influenciam os processos de decisão e desenvolvimento da sua cidade do Funchal, partir das representações das associações e dos agentes de juventude do município, conscientes de que, ao promovermos a integração e inclusão das diversas partes interessadas na área da juventude como estas últimas, estamos a potenciar a construção e implementação de políticas de juventude assentes na participação cívica e na capacitação dos jovens, favorecendo-se assim as dinâmicas de desenvolvimento local (Vieira & Ferreira, 2018).

## **2. Metodologia**

Foi desenvolvido um estudo de natureza mista combinando técnicas de recolha e tratamento de informação qualitativas e quantitativas, com dois objetivos: a) analisar e compreender as perceções do movimento associativo juvenil do município e das entidades setor da juventude sobre os processos através dos quais os jovens participam e influenciam os processos de decisão e desenvolvimento das suas comunidades; (b) refletir sobre a forma como os jovens são envolvidos nos processos de participação e decisão, em termos de políticas locais de juventude.

Assim, partindo do pressuposto teórico de que qualquer Política de Juventude tem de envolver os jovens, definiu-se a problemática que orienta todo este estudo : Uma estratégia de construção de uma política de juventude para a cidade que implique ativamente os jovens nos processos de decisão desafia ao conhecimento das representações dos dirigentes das associações e dos agentes de juventude do município sobre os jovens e sobre a forma como estes são envolvidos nos processos de participação na sua comunidade.

Inicialmente foi desenvolvida a análise documental, que teve como objeto de análise o conjunto de referenciais na área da juventude, nomeadamente as Estratégias e Políticas de Juventude, atualmente em vigor, da

escala internacional à local: documentos da Câmara Municipal do Funchal e de outras entidades de âmbito municipal, regional e nacional.

Na recolha de informação, foram ainda realizadas entrevistas, com recurso a três modalidades distintas - presencial, online e por telefone - e o universo de entrevistados compreendeu dois grupos distintos:

- As associações juvenis do município do Funchal - as Juventudes Partidárias, Associações de Estudantes, Associações Culturais e Artísticas, Associações Corporativas/Profissionais, Associações Escutistas e Associações de Intervenção Social;

- Os agentes de juventude - Entidades para jovens ou com trabalho desenvolvido na área da juventude, Departamentos e Divisões da Câmara Municipal do Funchal e decisores políticos.

As entrevistas foram realizadas a um ou mais membros responsáveis por cada uma das associações juvenis e entidades de juventude, contabilizando 51 entrevistas, tendo sido auscultadas 65 pessoas neste processo, sendo 42 responsáveis pelas associações juvenis do município e 23 responsáveis por entidades com trabalho na área da juventude – agentes de juventude. As entrevistas presenciais foram realizadas nas instalações da Câmara Municipal do Funchal e nas instalações das referidas entidades, as entrevistas online foram realizadas através das Plataformas ZOOM e Skype e as restantes concretizaram-se por telefone. O tempo médio estimado de realização era de 1 hora e 30 minutos e ocorreram entre o dia 26 de fevereiro a 26 de junho de 2020. Foi realizado previamente um levantamento das associações juvenis e agentes de juventude do Funchal, e a recolha dos respetivos contactos.

Todos os entrevistados tiveram acesso e conhecimento prévio sobre os objetivos, a natureza do estudo, métodos, tempos e resultados da investigação em curso e foram informados da não obrigatoriedade de participação. Foram solicitados o consentimento informado e a autorização para a utilização dos dados recolhidos nas várias modalidades de aplicação. Durante o processo de investigação, foram criadas as condições necessárias ao garante da privacidade, confidencialidade e anonimato dos entrevistados. Para a análise da informação recolhida nas entrevistas foi realizada a respetiva análise de conteúdo.

Fazendo uma breve caracterização dos entrevistados, têm uma idade média de 34 anos, apresentando os entrevistados das associações juvenis uma média de idades mais baixa (28 anos). 65% dos entrevistados são do sexo masculino, tendência transversalmente observada nas diferentes tipologias de associações e agentes entrevistados.

Relativamente aos níveis de escolaridade concluídos, 75% dos entrevistados possui grau de escolaridade superior (considerando-se os três ciclos - licenciatura, mestrado e doutoramento). 74% dos entrevistados encontra-se em situação de atividade profissional e 21,5% são estudantes. Destacam-se como principais áreas de formação/estudos dos entrevistados as áreas da Saúde e da Proteção Social (30%), a área das Artes e Humanidades (15%) a área das Ciências Empresariais, Administração e Direito (13%).

Em termos de função exercida no setor da juventude, 54% dos entrevistados são jovens dirigentes de federações ou associações juvenis, 25% técnicos de administração pública e 12% são jovens dirigentes de associações estudantis. Apenas 5% são decisores políticos.

Os agentes de juventude, na sua maioria, trabalham com o sector da juventude há mais de 10 anos e a maioria dos entrevistados das associações juvenis trabalham no sector da juventude há cerca de 5 a 10 anos.

### 3. Resultados

Relativamente ao 1º objetivo - analisar e compreender as perceções do movimento associativo juvenil do município e das entidades do sector da juventude sobre os processos através dos quais os jovens participam e influenciam os processos de decisão e desenvolvimento das suas comunidades - os participantes do estudo, numa primeira fase, fizeram uma caracterização dos jovens, destacando-se, nos dois grupos entrevistados - as associações juvenis e os agentes de juventude - de forma transversal e com idêntica distribuição, características como o espírito de iniciativa (111 referências), a participação ativa (91 referências), a apetência pelas tecnologias (61 referências), e a responsabilidade social (60 referências). A categoria do espírito de iniciativa compreende referências aos jovens como sendo empreendedores, resilientes, curiosos, criativos, sonhadores, energéticos, inovadores e dedicados. Já a segunda categoria - participação ativa - reporta-se a um conjunto de características dos jovens como a proatividade, dinamismo, participação, interesse e a motivação. Contudo como característica negativa, surgem as referências à não participação (55 referências), englobando características como a pouca participação e proatividade, o desinteresse, a falta de responsabilidade e compromisso, o individualismo e o comodismo. As associações juvenis referem com maior frequência características como a participação e a responsabilidade social e por seu turno os agentes de juventude características como a apetência pelas tecnologias, o sentido crítico e a participação.

Dos problemas vividos pelos jovens do Funchal que foram identificados pelos entrevistados, destacam-se em ambos os grupos as referências relativas aos problemas relacionados com a emancipação (102 referências - 16,2%), referências estas que compreendem a falta de apoios no acesso à habitação e ao emprego, as condições laborais precárias e as dificuldades económicas e sociais dos jovens. Além dos problemas relativos à emancipação, as associações juvenis identificam também a passividade e dependência familiar como principais problemas vividos pelos jovens do Funchal, e por seu turno, os agentes de juventude identificam também como problemas destes jovens as dificuldades em construir relações interpessoais e o acesso à saúde e bem-estar assim como as dificuldades em assumir responsabilidades.

Relativamente às necessidades dos jovens do Funchal identificadas pelos entrevistados, ambos os grupos referem com idêntica distribuição a emancipação (92 referências - 24,3%) e aos apoios e incentivos (54 referências - 14,2%), necessidades que vão ao encontro dos problemas anteriormente

identificados. A categoria da emancipação diz respeito aos incentivos ao emprego jovem, ao arrendamento e ao acesso à habitação acessível. Já as referências à necessidade de apoios e incentivos dizem respeito aos apoios sociais, à educação, aos transportes, ao associativismo e à cultura. As associações juvenis apresentam como 3ª categoria as necessidades relacionadas com a participação e os agentes de juventude identificam as necessidades relativa a uma mudança de atitude.

Numa segunda fase, os entrevistados fizeram uma caracterização dos jovens face à participação ativa na cidade, utilizando-se para tal o modelo da Escada da Participação de Roger Hart (1992) adaptada (adaptado de Dínamo, 2015) para analisar as perceções das associações juvenis e agentes de juventude municipais sobre os jovens e a sua participação, através dos degraus que compõem este modelo:

Degrau 8 – Os jovens co-gerenciam a execução dos planos, projetos e políticas; Degrau 7 – Os jovens incluem as suas reivindicações nos planos, projetos e políticas; Degrau 6 – Os jovens participam das discussões;

Degrau 5 – Os jovens reivindicam as suas ideias e ações concretas;

Degrau 4- Os jovens são aparentemente ouvidos nas questões que lhes dizem respeito; Degrau 3 – Os jovens são informados apenas sobre os planos, projetos e políticas; Degrau 2 – Os jovens são manipulados;

Degrau 1 – Os jovens são passivos, desorganizados, explorados.

Este modelo propõe um olhar crítico sobre o funcionamento dos projetos e iniciativas de participação das comunidades, preconizando, neste caso concreto, a existência de diferentes graus em que os jovens se podem envolver, dependendo dos diferentes contextos, recursos, necessidades e do nível de experiência. É possível existir alteração do grau de envolvimento ao longo do tempo, num espectro da participação que vai desde um patamar de exploração, passividade e manipulação (degraus mais baixos) até ao reconhecimento da possibilidade de participação já com proximidade e influência nos processos de decisão (degraus mais altos da escada).

Assim, em termos da participação jovem no Funchal, e utilizando o referido modelo, 22 dos entrevistados (33,8%) considera que os jovens são aparentemente ouvidos nas questões que lhes dizem respeito - degrau 4 (tabela 1).

**Tabela 1.** Participação jovem: representações das associações e agentes juvenis.

Degrau da participação	associações Juvenis		agentes de Juventude		Total		
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
4	16	38,1	6	26,1	22	33,8	<b>55,4</b> não participação
3	8	19,0	3	13,0	11	16,9	
1	1	2,4	2	8,7	3	4,6	
2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
5	8	19,0	5	21,7	13	<b>20,0</b>	<b>40,0</b> participação
6	7	16,7	5	21,7	12	<b>18,5</b>	

Degrau da participação	associações Juvenis		agentes de Juventude		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
8	0	0,0	1	1,0	1	<b>1,5</b>
7	0	0,0	0	0,0	0	<b>0,0</b>
Variável	2	4,8	1	3,0	3	4,6
Total	42	100,0	23	100,0	65	100,0

Fonte: Entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Outros 13 (20%) consideram que os jovens reivindicam as suas ideias e opiniões concretas (degrau 5), 12 referem que os jovens participam das discussões (degrau 6) e 11 considera que os jovens são apenas informados sobre os Planos/Projetos/Políticas Considerando que os degraus da participação correspondem aos degraus 5 a 8, podemos concluir que 36 dos entrevistados (55,4%) consideram que os jovens do Funchal se encontram nos degraus da não-participação da escada de Hart, não participando na vida do município (degrau 1 a 4).

Há uma tendência dos agentes de juventude entrevistados em atribuir à participação dos jovens degraus mais altos (graus de participação), comparativamente às associações juvenis, que privilegiam o degrau 4 na caracterização da participação dos jovens no Funchal (degrau da não-participação), o que poderá ser justificado por uma visão mais abrangente do conceito de participação pelos agentes de juventude, identificando diversas formas de participação ativa dos jovens. Outra hipótese tem a ver precisamente com a condição de jovem (mais frequente no que se refere aos entrevistados das associações juvenis) e a de adulto (frequente nos agentes de juventude entrevistados), permitindo uma perceção diferente entre aqueles quem têm ação concreta no movimento associativo e um contacto direto com participação dos jovens em meio associativo e aqueles que ocupam uma posição profissional e desta forma uma visão mais externa aos próprios processos de participação.

Os entrevistados que classificam a participação dos jovens nos degraus da não participação (1 a 4) justificam a classificação atribuída à atitude passiva dos jovens, à falta de apoios/incentivo e a não visibilidade dos resultados da participação dos jovens (22 referências). As principais causas apresentadas pelos entrevistados para a classificação nos degraus da participação (5 a 8) são: a existência incentivos já disponibilizados para a participação dos jovens e o facto da participação jovem ser um processo em constante melhoria.

Relativamente aos obstáculos que se colocam à participação dos jovens, foram identificados pelos entrevistados a passividade (127 referências – 26,2%), a ausência de informação e comunicação (103 referências – 21,3%), seguindo-se a estes a falta de apoios e incentivos enfatizada pelos agentes de juventude e o desinteresse, enfatizado pelas associações juvenis.

A categoria da passividade corresponde às referências à pouca autonomia, à desmotivação, ao comodismo e à falta de proatividade e ao medo de errar. Já a categoria da ausência de informação e comunicação compreende as referências à falta de informação e desconhecimento, à burocracia e

formalismo dos processos e das oportunidades, à dispersão é à dificuldade em selecionar a informação.

Tendo em conta os obstáculos identificados, os entrevistados formularam um conjunto de sugestões com vista a ultrapassar os mesmos e promover a participação jovem. As sugestões são comuns na identificação da comunicação (97 referências – 30,9%), dos apoios e incentivos (77 referências – 24,5%) e de capacitação (68 referências – 21,7%). como principais áreas de intervenção. A categoria da comunicação reporta-se à disponibilização de informação de qualidade, da auscultação regular dos jovens e dada desburocratização do acesso a oportunidades e ferramentas.

A categoria dos apoios e incentivos diz respeito ao investimento na literacia democrática, política e de cidadania dos jovens e à promoção de processos de participação e democracia participativa nas escolas e nas associações. Por fim, a categoria da capacitação engloba o investimento nas competências transversais/soft skills dos jovens, a formação de dirigentes associativos e adultos e a promoção da autonomia e do sentido de responsabilidade social dos jovens.

Em síntese, em termos de caracterização dos jovens, e face àquelas que são as suas necessidades e problemas, identificados pelos entrevistados, verifica-se a referenciação em termos transversais à participação e ao espírito de iniciativa dos jovens, assumindo-se as questões da emancipação como os principais desafios dos jovens. Contudo, há uma perceção geral dos entrevistados que os jovens participam pouco e de forma passiva, participação para a qual contribuem a ausência de informação e comunicação, a falta de apoios e incentivos à participação e o desinteresse, para o qual se sugere uma intervenção em termos de comunicação, dos apoios e incentivos para participação e da capacitação para este processo participativo como principais áreas de intervenção.

Relativamente ao 2.º objetivo – refletir sobre a forma como os jovens são envolvidos nos processos de participação e decisão, em termos de políticas locais de juventude – numa primeira fase começamos por compreender e analisar a perceção dos entrevistados acerca dos Programas e Projetos da Câmara Municipal do Funchal (CMF) direcionados à juventude.

Os entrevistados identificam a existência de projetos municipais no âmbito essencialmente das áreas da educação (45 referências – 23,8%), dos apoios socioeconómicos (44 referências - 23,3%), da participação (41 referências - 21,7%) e da cultura (19 referências - 10,1%).

A categoria da educação engloba projetos como o projeto educativo da CMF, as bolsas de estudo aos estudantes universitários e o apoio aos manuais escolares. Já a categoria dos apoios socioeconómicos corresponde aos apoios ao arrendamento, à aquisição de material informático e aos apoios logísticos e monetários às associações juvenis, culturais e desportivas.

Relativamente à caracterização dos projetos e programas identificados, é unânime a referência à comunicação deficitária que é feita acerca dos mesmos (42 referências – 30,9%), nomeadamente as dificuldades em encontrar a

informação sobre os programas e projetos, à dispersão da informação e à comunicação desadequada ao público jovem.

As associações juvenis colocam no segundo e terceiro lugar as categorias da especificidade e da valorização (com 15 e 13 referências respetivamente), enquanto os agentes de juventude colocam também em primeira linha junto com a comunicação deficitária as categorias do desconhecimento (14 referências – 26,4%), em segundo lugar a valorização (13 referências) e, em terceiro, a capacitação (com 13,2% das referências).

A categoria da especificidade refere-se à priorização por parte das associações dos programas e projetos da sua área de intervenção e de interesse e à oferta diminuta de programas/projetos. A categoria da valorização compreende o enfoque dado ao papel dos jovens através dos projetos e programas para a juventude. Já a categoria do desconhecimento engloba as referências à falta de informação e conhecimento acerca destes programas, e a categoria da capacitação refere-se à promoção do desenvolvimento de competências por parte dos jovens através destes programas e projetos.

Relativamente a estes programas e projetos juvenis de âmbito municipal, os entrevistados lançam sugestões com vista à melhoria dos mesmos, nomeadamente a promoção de uma maior proximidade junto do público jovem (49 referências – 31,8%), a otimização dos processos de comunicação e divulgação (45 referências – 29,2%) e ainda a simplificação dos processos (35 referências – 22,7%).

Quando questionados sobre as potencialidades da cidade do Funchal que consideram ser uma mais-valia para os jovens da cidade, os entrevistados destacam as acessibilidades (134 referências – 22,5%), o dinamismo (97 referências – 16,3%) e as oportunidades e serviços (91 referências – 15,3%) que a cidade disponibiliza. As associações juvenis acrescentam ainda a diversidade de espaços disponibilizados pela cidade e os agentes de juventude acrescentam também a qualidade de vida e as condições naturais características da cidade.

Ainda no âmbito do envolvimento dos jovens nos processos de participação e decisão, foi analisada a opinião dos entrevistados acerca da relação entre jovens, técnicos de juventude, e outros técnicos e decisores políticos (Câmara Municipal e outros) no município. Neste sentido, as referências realizadas foram categorizadas tendo em conta as categorias do distanciamento (77 referências – 29,5%), da valorização (58 referências – 22,2%) e da proximidade (51 referências – 19,5%).

A categoria do distanciamento corresponde à dificuldade de identificação dos jovens com decisores políticos e com os técnicos e à falta de oportunidades de comunicação e contacto entre os 3. Já a categoria da valorização engloba o crescente enfoque dado a esta relação e às suas potencialidades. Por outro lado, e opostamente à categoria do distanciamento, a categoria da proximidade refere-se à proximidade crescente entre este trio e à maior regularidade de momentos de encontro entre os 3.

Verifica-se por um lado, a perceção do distanciamento que existe entre os jovens, os decisores políticos e os técnicos, e por outro o reconhecimento do

esforço que tem sido feito e dos passos dados para promover a proximidade entre estes agentes, passos esses que ainda se demonstram insuficientes.

Tendo em conta as perceções dos entrevistados acerca da relação entre jovens, técnicos e decisores políticos, os mesmos avançaram espontaneamente com sugestões com vista a promover esta relação, nomeadamente sugestões em termos da promoção de uma maior proximidade (71 referências – 51,8%), de um maior investimento em termos de comunicação com os jovens (37 referências – 27%) e da promoção de mais e novas oportunidades de contacto entre os 3(29 referências – 21,2%).

Enquadrando-se este estudo no âmbito das políticas municipais de juventude procurou-se conhecer as representações das associações juvenis e agentes de juventude acerca da construção de um Plano Municipal de Juventude (PMJ).

No que diz respeito ao envolvimento do município na definição de políticas de juventude e de políticas públicas em geral e no que se reporta aos contributos que têm sido dados no sentido de promover um maior envolvimento dos jovens nas políticas que mais diretamente lhes dizem respeito, os entrevistados consideram que se trata de um processo em constante melhoria (77/242 referências – 31,8%) e que o mesmo tem sido promotor da valorização do papel e do envolvimento dos jovens (62/242 referências – 25,6%) na formulação destas mesmas políticas. Os entrevistados referem ainda, relativamente envolvimento dos jovens nestes processos que existe dificuldade na comunicação (38/242 referências – 15,7%) e que são necessários mais apoios (35/242 referências – 14,5%) para que se verifique este envolvimento.

Em termos das conceções dos entrevistados sobre o que deve ser um Plano Municipal de Juventude (tabela 2), verifica-se que há uma tendência idêntica no entendimento. Em primeiro lugar, o PMJ é entendido como uma opção de estratégia (93 referências – 27,4%), um meio de valorização dos jovens (71 referências – 20,9%) e de construção de parcerias entre os diversos agentes da cidade (47 referências – 13,8%).

**Tabela 2.** Definição de Plano Municipal de Juventude.

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Estratégia	55	<b>25,7</b>	38	<b>30,2</b>	93	<b>27,4</b>
Valorização	39	<b>18,2</b>	32	<b>25,4</b>	71	<b>20,9</b>
Parcerias	28	<b>13,1</b>	19	<b>15,1</b>	47	<b>13,8</b>
Otimização	20	9,3	11	8,7	31	9,1
Emancipação	21	9,8	9	7,1	30	8,8
Diagnóstico	14	6,5	12	9,5	26	7,6
Capacitação	20	9,3	5	4,0	25	7,4
Apoios/Incentivos	17	7,9	0	0,0	17	5,0

Fonte. Entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

A categoria da estratégia abrange as referências ao PMJ como sendo um documento estratégico com um conjunto de diretrizes e objetivos estratégicos para as políticas e para o setor da juventude. A categoria da valorização abrange as referências relativas ao PMJ como sendo um investimento na juventude e um reconhecimento do papel dos jovens e das associações juvenis na cidade.

Relativamente aos aspetos fundamentais a contemplar no desenho de um plano municipal sustentável para a juventude, os entrevistados destacam, de forma transversal a necessária auscultação aos jovens e agentes (60 referências – 18,5%), o envolvimento das diversas partes (48 referências – 14,8%), a promoção de parcerias e a objetividade (40 referências cada – 12,3%) constituindo estes quatro aspetos 58% das referências. Foram ainda identificados o dinamismo, a inclusão, a comunicação, a monitorização, a capacitação e os apoios/incentivos, como sendo relevantes na construção de um PMJ.

Foi também solicitado aos entrevistados que face a nove áreas apresentadas – Saúde e Bem-estar; Educação e Formação; Mobilidade; Cultura, Lazer, Desporto e Turismo; Empregabilidade, Empreendedorismo e Inovação; Acesso à Habitação; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania e Inclusão/Coessão Social, as classificassem, tendo em conta a importância que consideram que os jovens atribuem a cada uma delas e o significado que assumem para a vida dos jovens do Funchal, no momento presente e a necessidade de intervenção em termos de políticas de juventude.

Os entrevistados situam as nove áreas maioritariamente entre o nível 4 (220 respostas - 37,6%) e o nível 5, o grau máximo de importância (180 respostas – 30,8%), podendo concluir-se que na sua maioria (64%), os entrevistados consideram que os jovens do Funchal se preocupam com todas as áreas consideradas e que as mesmas assumem importância nas suas vidas.

Destacam-se as áreas da Saúde e Bem-estar e Educação e Formação (28 dos entrevistados classificam estas áreas com grau máximo, cada uma), e as áreas da Empregabilidade, empreendedorismo e inovação e da Mobilidade (26 e 24 classificações com o grau máximo, respetivamente).

Ainda em relação às áreas anteriores, foi solicitado aos entrevistados que selecionem as três áreas que consideram, na sua opinião pessoal, serem prioritárias na vida dos jovens da cidade. Assim, em termos de priorização destacam-se as áreas da Educação e Formação (51 referências – 27,3%), da Saúde e bem-estar (33 referências – 17,6%), da Empregabilidade, empreendedorismo e inovação (24 referências – 12,8%) e da Cultura, Lazer, Desporto e Turismo (22 referências – 11,8%), perfazendo estas áreas 69,5% das referências (130 das 187 referências)

As perceções acerca das políticas municipais de juventude dão conta de uma visão dos processos de participação e decisão dos jovens na formulação e implementação destas mesmas políticas como um processo em constante melhoria e com passos concretos dados no sentido da valorização dos jovens, mas ainda com a necessidade de uma maior mobilização em termos de apoios, de uma otimização da disponibilização da informação aos jovens, da

dinamização de uma relação dinâmica entre jovens, técnicos e decisores políticos e de uma aposta na capacitação dos jovens para poderem efetivar a sua participação e envolvimento e na criação de espaços para a participação dos jovens na sua comunidade.

#### **4. Conclusões**

Os resultados dão ênfase e relevância à realização de uma auscultação alargada à comunidade municipal, através da qual é possível a recolha de informação e a produção de conhecimento sobre as perceções dos jovens envolvidos em movimentos e associações juvenis, assim como dos técnicos, dirigentes e decisores políticos acerca da participação dos jovens e o seu envolvimento nas políticas locais para a juventude, privilegiando-se para tal recolha de natureza essencialmente qualitativa e promovendo-se através desta uma maior proximidade desses agentes a todo o processo.

O conhecimento produzido relativamente ao tecido associativo juvenil e às entidades municipais com intervenção na área da juventude permite compreender a importância que assume o associativismo enquanto forma de organização da população jovem (Capucha, 1990) e dos agentes de juventude, contribuindo, junto dos jovens para a rentabilização dos seus recursos e capacidades e a possibilidade de se tornarem cidadãos mais ativos, exercendo o seu direito de cidadania e contribuindo para o desenvolvimento local através de respostas adequadas aos problemas vividos.

A análise a estes resultados permite assim identificar duas visões, nomeadamente: (i) o reconhecimento, valorização e capacitação dos jovens enquanto agentes ativos no desenvolvimento das suas comunidades e cidades; e, (ii) e o reconhecimento das associações juvenis e entidades municipais enquanto agentes mobilizadores e de suporte às políticas locais de juventude.

Enfatiza-se deste modo uma visão integradora dos processos de participação jovem na construção de políticas públicas voltadas para a juventude, com a promoção de políticas mais participativas e inclusivas com e para os jovens, a nível local.

A emergência de processos locais de cocriação e cogestão demonstram as potencialidades destes processos participativos a nível local - a elaboração de políticas locais de juventude, por definição, implica o envolvimento dos jovens em todo o processo de construção e implementação dessas políticas, envolvimento esse que deve estar alicerçado em processos inclusivos que permitam aos jovens experienciar a democracia, por meio destes mesmos mecanismos concretos de codecisão e cogestão (FNAJ, 2017).

Os resultados refletem a transversalidade do pensamento e das preocupações da comunidade municipal em relação àqueles que são os elementos essenciais para a participação dos jovens segundo o Conselho da Europa: os meios, espaço, direito, apoio e oportunidades (Dínamo, 2015), cujo PMJ deverá potenciar e promover.

Importa pois, desencadear processos de liderança com os jovens e com as instituições e associações com atuação na área da juventude, convocando os

restantes agentes da sociedade civil a colaborar na construção coletiva de um PMJ, que seja participado, transversal e inclusivo, indo ao encontro das expectativas, desejos e necessidades de todos os jovens, sem discriminação (FNAJ, 2012). Torna-se, pois, fundamental compreender as necessidades e aspirações dos jovens, ponto de partida para desenhar uma estratégia que reflita uma visão partilhada entre jovens, técnicos, decisores e parceiros locais, promovendo, assim, a cocriação de uma estratégia que seja no fundo uma ferramenta de trabalho para apoiar e inovar no que às políticas locais de juventude e mecanismos de participação jovem diz respeito (IPDJ, 2020).

## 5. Referências

- Biesta, G. (2016). Democracia, ciudadanía y educación: de la socialización a la subjetivización. *Foro de Educación*, 14(20), 21-34.
- Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological theory system. En R. Vasta (Ed.). *Six theories of child development: revised formulations and current issues* (pp.187-249). Jessica Kingsley.
- Campos, R. (2010). Juventude e visibilidade no mundo contemporâneo. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 63, 2010, 113-137.
- Capucha, L. (1990). Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 8, 29-41.
- Conselho da Europa. (2003). *Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional*. Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa. Consultado em <https://tinyurl.com/y2pfdp7z>
- Crowley, A., & Moxon, D. (2017). *New and innovative forms of youth participation in decision making processes*. Conselho da Europa. Consultado em: <https://tinyurl.com/y8t56l9z>
- Dupouey, V. (2018). *What will be the next ladder of youth participation?*. Coyote Magazine 27. *Parceria UE-Conselho da Europa no domínio da Juventude*. Consultado em <https://tinyurl.com/y5d68yym>
- Dínamo – Associação de Dinamização Sociocultural. (2015). *Faz-Te ouvir: Manual sobre a Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional*. Autor.
- Dionísio, J. F. G. (2021). *“Jovens construtores da cidade” – FunJOVEM 20-30*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.
- Federação Nacional das Associações Juvenis. (2012). *Declaração de Braga sobre Políticas autárquicas de Juventude*. Aprovada no Encontro Nacional: Juventude, Europa e Poder Local, Brag. Consultado em <https://tinyurl.com/y3jrzdvdq>
- Federação Nacional das Associações Juvenis. (2017). *Manifesto Autárquico: uma proposta do Movimento Associativo Juvenil*. Consultado em <https://tinyurl.com/y58gps4j>
- Ferreira, V. S. (2002). Modernised Transitions and Disadvantage Policies: Netherlands, Portugal, Ireland and Migrant Youth in Germany. In Andreas Walther, Barbara Stauber et al. (orgs.), *Misleading Trajectories. Integration Policies for Young Adults in Europe?* (94-115) Opladen, Leske + Budrich.
- Ferreira, V. S. (2017). Um olhar sobre os jovens como sujeitos de políticas e sociologias públicas. In Laranjeira, Denise Helena P.; Barone, Rosa Elisa M. (Eds.), *Juventude e Trabalho: Desafios no Mundo Contemporâneo* (385-388): Edufba.
- Ferreira, V. S., Lobo, M. C., Rowland, J., & Sanches, E., (2017). *Geração Milénio? Retrato social e político*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Gozdzik-Ormel, Z. (2008). *Have your say! Manual on the revised European Charter on the participation of young people in local and regional life*. Conselho da Europa.

- Hart, R. (1992). *Children's participation from tokenism to citizenship*. Centro de Investigação Innocenti da UNICEF.
- Hoskins, B., & Mascherini, M. (2009). Measuring active citizenship through the development of a composite indicator. *Soc Indic Res*, 90, 459-488.
- Instituto Português do Desporto e Juventude. (2020). *Lisboa+21 – Políticas e Programas de Juventude numa Perspetiva Global*. Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ.
- Lister, R. (2003). Young people talk about citizenship: empirical perspectives on theoretical and political debates. *Citizenship Studies*, 7(2): 235-253.
- Organização das Nações Unidas. (1998). *Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas para a Juventude. Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude 1998*. Consultado em <https://tinyurl.com/y4x5odlm>
- Organização das Nações Unidas. (2018). *Juventude 2030 - trabalhando com e para os jovens. Estratégia das Nações Unidas para a Juventude*. Consultada em <https://tinyurl.com/y56876bu>
- Organização das Nações Unidas. (2019). *Declaração de Lisboa +21. Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude e Fórum da Juventude Lisboa + 21, Lisboa, 2019*. Consultada em <https://tinyurl.com/y323haly>
- Menezes, I. (2011). *Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica «participatória» nos discursos sobre os jovens*. *Jovens e Rumos*. Imprensa de Ciências Sociais, 333- 353.
- Nóvoa, A. (1996). *L'Europe et l'éducation: Éléments d'analyse socio-historique des politiques éducatives européennes. Challenges to European Education: Cultural*.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude—alguns contributos. *Análise Social*, XXV(105-106), 139-165.
- Pais, J.M. (1996). Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa – tradições e mudanças (1985-1995). *Sociologia: Problemas e Práticas*, 21, 197-221.
- Pais, J. M. (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 49, 53-70.
- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 395-410.
- Plano Nacional de Juventude. (2018). *Diário da República*, 1.ª série – Nº 170. Conselho de Ministros, Lisboa. Consultado em <https://tinyurl.com/y36qcj43>
- Serban, A. M., & Barber, T. (2018). *Insights into Youth Policy Governance. Parceria UE-Conselho da Europa no domínio da Juventude*. Consultado em <https://tinyurl.com/y2psb2um>
- Siurala, L. (2006). *A European framework for youth policy*. Council of Europe.
- Vieira, M. M., & Ferreira, V. S. (2018). *Juventude(s) do Local ao Nacional – Que Intervenção?*. Observatório Permanente da Juventude, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto Português do Desporto e Juventude.